

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público ajuíza ação direta em face do art. 16 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), cujo teor é o seguinte:

“Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”

Segundo a Associação, magistrados têm designado a audiência de ofício, sem que haja manifestação da vítima, o que, em seu entender, viola a Constituição. Para a Associação, “a finalidade do ato processual consagrado no artigo 16 da Lei Maria da Penha (...) é verificar o real desejo da ofendida em, eventualmente, retratar-se da representação realizada em desfavor do agressor e não a sua confirmação”.

Designar a audiência sem que haja pedido, no entanto, violaria a dignidade da pessoa humana e as prerrogativas do Ministério Público. Por isso, para sanar a inconstitucionalidade, defende a requerente que seja dada interpretação conforme ao dispositivo para assentar-se a impossibilidade da designação, de ofício da audiência do art. 16 da Lei Maria da Penha e a impossibilidade de se reconhecer como “retratação tácita” ou “renúncia do direito de representação” o não comparecimento da mulher vítima de violência doméstica.

Em sede de informações, o Senado Federal afirmou que (eDOC 15, p. 3):

“(...) a norma é clara ao não exigir nova ratificação da representação por parte da mulher vítima de agressão. Também não há na lei norma que preveja uma retratação tácita ou automática pelo silêncio da mulher vítima ou pelo seu não-comparecimento a uma “audiência de ratificação”.

Defendeu, ainda, que a questão trazida na presente ação direta é de interpretação de lei federal, competência jurisdicional atribuída ao Superior Tribunal de Justiça, que já teria decidido, em matéria sumulada,

que “a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada”. Além disso, o tema também teria sido selecionado pelo Superior Tribunal de Justiça para julgamento repetitivo, sob n. 1167.

O Presidente da República, acolhendo parecer da Consultoria, manifestou-se pelo não conhecimento da ação, porque a autora não seria legitimada, e, no mérito, pela improcedência da ação, porque o sentido da norma seria inequívoco.

No mesmo sentido, a manifestação do Advogado-Geral da União (eDOC 22):

“Direito penal. Lei Maria da Penha. Audiência preliminar. Retratação tácita. Pedido de interpretação conforme a Constituição ao artigo 16 da Lei nº 11.340/2006, para fixar o entendimento de que o mencionado dispositivo não exige que seja designada audiência para a ratificação da representação por parte da mulher vítima de violência doméstica e familiar, bem como que não atribui ao seu não comparecimento a consequência de retratação tácita ou automática. Preliminares. Ofensa reflexa ao texto constitucional. Ausência de comprovação da impugnação. Mérito. A norma questionada possui sentido unívoco, razão pela qual se mostra inviável a adoção da técnica decisória pleiteada. O dispositivo legal em comento limita-se a prever a possibilidade de renúncia à representação da vítima, desde que feita perante o juiz, expressamente antes do recebimento da denúncia, em audiência especialmente designada para essa finalidade, ouvido o Ministério Público. Nessa medida, eventuais decisões que determinem, de ofício, a realização de audiência preliminar de retratação, e que considerem como retratação tácita o silêncio da ofendida extravasam o sentido do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006, e devem ser corrigidas pelas vias adequadas. Manifestação pelo não conhecimento da ação direta e, no mérito, pela improcedência do pedido.”

O Procurador-Geral da República se manifestou pela procedência da ação (eDOC 25):

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES. ART. 16 DA LEI

11.340/2006. AUDIÊNCIA DE RETRATAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO COMPARECIMENTO. RENÚNCIA TÁCITA. INADMISSIBILIDADE. CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MENINAS E MULHERES. SITUAÇÃO DE HIPERVULNERABILIDADE.

1. A audiência tratada pelo art. 16 da Lei 11.340/2006 destina-se à “confirmação da retratação” manifestada pela vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher (Tema 1.167/STJ).

2. É inconstitucional a designação, de ofício, de audiência para “confirmação da representação” apresentada por mulher no contexto da Lei Maria da Penha, pois enseja vitimização secundária e ofende os direitos humanos das mulheres (CF, art. 1º, III; art. 5º, XLI e LIV; Convenção de Belém do Pará).

3. É inconstitucional declaração judicial de “renúncia tácita” da vítima de violência doméstica quando ausente à audiência tratada pelo art. 16 da Lei Maria da Penha. Cabe ao Ministério Público a formação da opinião delicti e eventual oferecimento da denúncia a partir da representação da mulher (CF, art. 129, I).

— Parecer pela procedência do pedido a fim de que seja conferida interpretação conforme à Constituição ao art. 16 da Lei 11.340/2006, de modo que a “audiência de confirmação da renúncia à representação” seja designada somente após desistência expressa da vítima de violência doméstica, vedadas a designação de ofício e o reconhecimento de “renúncia tácita”.

É, em síntese, o relato.